

# Encargos Sociais

Taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho (%)

ENCARGOS SOCIAIS	Sem desoneração		Desonerados Lei 12.844	
	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)
<b>A Encargos sociais básicos</b>	<b>37,80%</b>	<b>37,80%</b>	<b>17,80%</b>	<b>17,80%</b>
A.1 Previdência Social	20,00%	20,00%	(4,5% sobre o faturamento) (****)	
A.2 FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A.3 Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A.4 Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A.6 Serviço de apoio pequena e média empresa (SEBRAE)	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A.7 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A.8 Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A.9 Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<b>B Encargos sociais que recebem as incidências de "A"</b>	<b>39,17%</b>	<b>8,22%</b>	<b>39,17%</b>	<b>8,22%</b>
B.1 Repouso semanal e feriados	22,90%		22,90%	
B.2 Auxílio enfermidade (*)	0,79%		0,79%	
B.3 Licença Paternidade (*)	0,34%		0,34%	
B.4 13o Salário	10,57%	8,22%	10,57%	8,22%
B.6 Dias de chuva, faltas justificadas, greves, atraso na entrega de mat.	4,57%		4,57%	
<b>C Encargos sociais que não recebem as incidências de "A"</b>	<b>31,63%</b>	<b>24,59%</b>	<b>31,63%</b>	<b>24,59%</b>
C.1 Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2+(A2 x B)] (#)	4,45%	3,46%	4,45%	3,46%
C.2 Férias indenizadas	14,06%	10,93%	14,06%	10,93%
C.3 Aviso prévio indenizado (*) (****)	13,12%	10,20%	13,12%	10,20%
<b>D Taxas de reincidências</b>	<b>19,63%</b>	<b>6,86%</b>	<b>9,18%</b>	<b>3,18%</b>
D.1 Reincidências de "A" sobre "B" (17,8% x 39,17%)	14,81%	3,11%	6,97%	1,46%
D.2 Reincidências de ("A" - A9) sobre "C.3" (16,8% x 13,12%)	4,83%	3,75%	2,20%	1,71%
<b>TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>128,23%</b>	<b>77,47%</b>	<b>97,78%</b>	<b>53,79%</b>
Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci (item A 9) (exclui-se A 9, alterando a reincidência em D.1)	<b>126,84%</b>	<b>76,39%</b>	<b>96,38%</b>	<b>52,70%</b>

## Complementos

C x NC - S x 0,06) / S - Vale transporte (**)	26,59%
(F x NR - S / 30 x 22 x 0,01) / S - café da manhã (**)	5,60%
R x NR x 0,95 / S - Refeição (**)	20,64%
SG / S - Seguro de vida e acidentes em grupo (**)	1,23%
K / S - EPI "Equipamento de Proteção Individual" (**)	1,50%
<b>TOTAL COMPLEMENTOS =</b>	<b>55,56%</b>

## Valores

4,50	(C) Custo médio un da condução
88	(NC) número de refeições
3,50	(F) custo médio café da manhã
12,00	(R) custo médio refeição
22	(NR) número de refeições
15,00	(SG) custo médio cseguro
18,20	(K) número médio EPI (*****)
1.214,99	(S) salário médio nominal

## Custos Médios

<b>Encargos sociais com complementos</b>	<b>183,80%</b>	<b>133,04%</b>	<b>153,34%</b>	<b>109,35%</b>
<b>Encargos sociais com complementos para cidades sem Seconci</b>	<b>182,41%</b>	<b>131,95%</b>	<b>151,95%</b>	<b>108,27%</b>

(\*) adotado

(\*\*) Itens que devem ser calculados segundo o critério de cada empresa. As fórmulas consideram os seguintes itens:

C = Custo médio de condução (um) ou refeição (um) ou seguro (custo mensal); N = Número médio de conduções ou refeições (mês);

S = Salário médio nominal (mês). Vale Transporte: considerada dedução de 6% sobre o salário mês; pois os empregadores obrigam-se a custear apenas o excedente a

(\*\*\*\*) Conforme o decreto 6.727, de 12-1-2009, que altera o Regulamento da Previdência Social, revogando a não incidência da contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado

(\*\*\*\*\*) Lei 12.844, que estabelece, entre outras disposições, a desoneração da folha de pagamento na construção civil.

Com a medida, a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) passa de 20% sobre a folha de pagamento para 4,5% sobre a receita bruta, devendo por tanto ser incluída no BDI.

(\*\*\*\*\*) 1/3 de calçado + 1/10 de capacete + 1/10 cinturão

**Observações:** 1) As taxas de Leis sociais e Riscos do Trabalho para horistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos encargos sociais e a percentagem total é adotada em nossas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos (TCPO), ou seja, é a taxa que incide sobre as horas normais trabalhadas (de produção).

2) As taxas de leis sociais e riscos do trabalho para mensalistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos encargos sociais e a percentagem total adotada incide sobre a folha de pagamento.

3) Após o cálculo dos custos diretos, há necessidade de uma previsão dos custos indiretos envolvidos na administração do negócio da empresa executante. Tal previsão geralmente é feita com base na aplicação da Taxa de BDI-Benefício de Despesas Indiretas.

4) Os itens abaixo não são considerados em nosso estudo de Leis Sociais e devem ser incluídos nas Despesas Indiretas:

PIS/PASEP, pela sua similaridade com um imposto, uma vez que incide sobre as receitas operacionais.

COFINS, uma vez que incide sobre a Receita Bruta.

5) (#) A lei complementar nº 110, de 29.06.2001, instituiu uma contribuição adicional de dez por cento sobre o total dos depósitos do FGTS quando a empresa demite o trabalhador sem justa causa, elevando assim esse percentual para 50%. Porém a lei complementar 13.932 de 11.01.2019 extingue a contribuição complementar de 10% a

**Sobre complementos dos encargos:**

**Condução:** Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e 7.619 de 30/09/87

**Refeição:** É direito do empregado quando determinado pela convenção coletiva/porém cada estado tem sua convenção

**Seguro:** Semelhante a refeição é obrigatório quando estipulado na convenção coletiva é necessário avaliar a convenção coletiva em vigor na sua região para verificar quais são os limites da obrigatoriedade.

**EPI:** A obrigatoriedade do uso do EPI está descrita na NR-6 EPI – Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual –, publicada em 8 de junho de 1978 e com alterações e atualizações entre maio de 1982 e dezembro de 2011.